



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO CINCO**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**----- Ponto Um ) – Leitura e Aprovação da Acta da Reunião Anterior. -----**

**----- Ponto Dois )- Período Antes da Ordem do dia.-----**

**----- Ponto Três ) – Período da Ordem do Dia. -----**

**----- Ponto Três Ponto Um.) – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

**----- Ponto Três Ponto Dois.) – Apreciação e Votação dos Projectos de Alteração aos Regulamentos Municipais. -----**

**----- Ponto Três Ponto Três.) – Conhecimento do Processo Contencioso Pré-Contratual n.181/05. 7 BEMDL – Tribunal Administrativo de Mirandela.-----**

**Ponto Três Ponto Quatro.) – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal – 2006. -----**

**Ponto Três Ponto Cinco.) – Apreciação da Proposta de Lei das Finanças Locais. ----- Ponto**

**Três Ponto Seis. – Outros Assuntos de Interesse para o Município. -----**

**----- Ponto Quatro.) – Período Após a Ordem do Dia. ----- Ponto**

**Cinco.) Intervenção do Público. ----- Aberta**

a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal , deu as boas vindas a todos os presentes, passando-se de imediato à chamada. Verificou-se que estavam presentes os seguintes membros: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Nuno dos Santos Penascais Martins, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro, Manuel Fernandes Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, Luís Alberto Pires Rodrigues, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, César Manuel Veiga Rodrigues, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o Sr. Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues, os Senhores Vereadores António Jorge Fidalgo Martins, António Manuel Prada Oliveira, José de Jesus Cepeda Prada e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

----- Verificou-se que estavam a faltar os seguintes elementos: José Rodrigues Sena, Manuel João Ratão Português, António Alberto Quina Padrão, e Manuel Delfim Martins Miranda. -----

----- Pelo Senhor Secretário foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão até à presente data. Foi distribuída cópia relativamente ao Fórum da água a fim de a Assembleia se pronunciar acerca da subscrição. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dado conhecimento do pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo Sr. Deputado António Alberto Quina Padrão. Deu ainda conhecimento, e colocou à votação o pedido de suspensão do mandato pelo período de seis meses, apresentado pelo Sr. deputado Manuel João Ratão Português, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----

----- **Ponto Um.) - Discussão e Aprovação da Acta da Reunião Anterior.** -----

----- O Sr. Presidente abriu espaço à inscrição para intervenções acerca deste ponto. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado José Carlos Vaz Gonçalves que comunicou o seu sentido de voto, a abstenção, pois que, não tinha estado presente na última reunião. Não obstante, foi de opinião que a relação dos nomes dos Srs. deputados (a propósito das presenças) deveria estar por ordem de eleição e tomada de posse devendo também constar da acta as ausências registadas. Solicitou ainda pequenos esclarecimentos designadamente relativos ao canil, a propósito do qual o Sr. Presidente da Câmara disse que, contra a vontade da Câmara, ainda não estava feito. ----- Para os devidos esclarecimentos foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu que a localização do canil, por motivos de orçamento, teve que ser alterada. Acrescentou que ainda não estava feito, contra a vontade da Câmara, uma vez que os pareceres necessários, uns demoravam outros vinham negativos (ex: Parecer do Delegado de Saúde) tendo, por conseguinte, de proceder à alteração do projecto. Recordou que se tratava de uma infra-estrutura intermunicipal (servindo os Municípios de Vimioso, Miranda do Douro Mogadouro e Bragança) , indo pois de encontro aos pressupostos do novo quadro comunitário segundo os quais serão privilegiados projectos que envolvam vários municípios.-----

----- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou a acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. deputado José Carlos Vaz Gonçalves. -----

----- **PONTO DOIS: - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio António Afonso Fernandes que abordou o tema dos Pontos de Água. Referiu-se ao ponto de água construído em Caçarelhos à beira da Estrada Nacional duzentos e dezoito (sentido Vimioso-Caçarelhos) dizendo que concordava com a obra mas que, a mesma deveria ter protecção (vedação e sinalização) dado que se encontrava à saída de uma curva podendo vir a ser causa de algum acidente que certamente ninguém desejaria. Ainda nesta temática, lamentou o facto de, ainda em Caçarelhos, a charca das Quintanas não ter sido limpa, desejando que essa limpeza fosse

feita logo que possível uma vez que está toda atuída. ----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, na sequência da anterior intervenção apresentou os seguintes esclarecimentos: a charca junto à Estrada Nacional duzentos e dezoito foi construída com a autorização das Estradas de Portugal ( direcção de Bragança) tendo o Sr. Director assumido o compromisso de garantir a segurança naquele local. Mostrou-se preocupado pelo facto de ainda nada ter sido feito e que, mais uma vez, contactaria o Sr. Director de Estradas a fim de solucionar o problema. Relativamente à charca das Quintanas assumiu que ainda não tinha sido limpa e que o problema seria colocado à Câmara Municipal. Contudo, referiu que a charca tinha um problema de construção, considerando que devia ter sido deixada uma comporta que permitisse ( no Inverno) a saída das lamas evitando a situação actual, em que a limpeza está muito dificultada. Continuou dizendo que a construção de pontos de água é uma preocupação da Junta de Freguesia uma vez que permitem utilizações diversas: (combate a incêndios, animais etc ). Concluiu com uma referência a um problema colocado na última reunião, relativo ao perigo que existe na Estrada Nacional duzentos e dezoito, tendo sido sugerido a construção de uma passagem inferior. Transmitiu que tinha sido colocado problema ao Sr. Director de Estradas, tendo este informado que existia um projecto para eliminar aquelas curvas. -----

**PONTO TRÊS: - PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**Ponto Três Ponto Um.) – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

Após a leitura da informação por parte do Sr. Presidente da Câmara foi aberta o período de intervenções. -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio Fernandes que colocou as seguintes questões: - Abertura do Concurso Público para Requalificação da Igreja Matriz de Vimioso. Perguntou se havia parcerias e quais, se existia cofinanciamento e qual o valor; - Construção do Pavilhão Multiusos e Campo da Feira em Vimioso: afinal esta obra não foi inaugurada no último trimestre de dois mil e cinco?; - Estrada Angueira – Três Marras: qual a situação em que se encontra esta obra uma vez que há muito que está no mesmo estado sem que se deslumbre qualquer avanço; - Subsídios Atribuídos e Apoios às Juntas de Freguesia: solicitou que fosse fornecida uma relação dos subsídios e apoios. --

----- No uso da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves pediu os seguintes esclarecimentos: - Centro Escolar de Vimioso: congratulou-se com a adjudicação desta obra perguntando para quando o seu início e término; - Pavilhão Multiusos e Campo da Feira: em que estado se encontra a obra, já foi ou não terminada; - Open de Ténis de Vimioso e Torneio de Futsal: qual o montante dos subsídios atribuídos para estes eventos; Documentos da Situação Financeira: alertou para a forma como são apresentadas as receitas gerando confusão na interpretação, sugerindo que fossem feitas correcções. ----- Interveio o Sr. deputado José Luís que começou por dar os parabéns a propósito da sessão ocorrida na Casa da Cultura “ Crianças em Risco, o que fazer” no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Lamentou que nessa sessão, que considerou de extrema importância, e que a todos dizia respeito, estivessem tão poucos membros desta Assembleia. Referiu-se ainda aos trabalhos realizados pelas máquinas da Câmara Municipal (Caterpillar) referidos na Informação do Sr. Presidente da Câmara, pedindo ao Sr. Presidente que pensasse um pouco atendendo à realidade geográfica das freguesias contempladas (Carção, Caçarelhos, e Vale de Pena).-----

----- Para os devidos esclarecimentos foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente aos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal sublinhou que constavam das actas da reunião de Câmara sendo que, alguns eram mesmo publicados em jornais da região pelo que eram do conhecimento público. Contudo, mostrou-se disponível para dar todos os esclarecimentos que os senhores deputados solicitassem. Agradeceu as palavras do Sr. deputado José Luís relativamente à sessão organizada pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, reforçando o facto de ser desejável que, neste tipo de eventos ou outros, os eleitos locais estejam presentes dignificando e valorizando essas iniciativas. Quanto aos trabalhos realizados pelas máquinas da Câmara Municipal respondeu dizendo que compete a esta gerir-las, que essa gestão tem sido feita em função das necessidades e da estratégia do executivo para os trabalhos a realizar no Concelho. ----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira que, em resposta a algumas das intervenções, deu os seguintes esclarecimentos: - Igreja Matriz de Vimioso: há uma parceria com o IPPAR e com a Comissão Fabriqueira; existe uma candidatura ao INTER-

REG no valor de setenta e cinco por cento sendo que os restantes vinte e cinco são suportados em partes iguais pela Câmara Municipal e IPPAR; - Estrada Angueira - Três Marras: as obras estão atrasadas mas não paradas, pois que, está a ser montada a central betuminosa, garantindo que a estrada será, logo que possível, concluída; Centro Escolar: a obra está adjudicada e dentro de aproximadamente três meses será iniciada, a tempo de, no próximo ano lectivo, estar em funcionamento; Pavilhão Multiusos: a obra foi, na verdade, inaugurada, contudo lembrou que uma obra se encontra em curso até à recepção provisória, apesar de terem de ser ultrapassadas algumas burocracias, a verdade é que o Pavilhão está em condições de ser utilizado como o demonstraram os eventos que lá ocorreram. ----- **Ponto Três Ponto Dois.) – Apreciação e Votação dos Projectos de Alteração aos Regulamentos Municipais.** ----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente para introduzir este ponto da ordem do dia. O Sr. Vice-Presidente começou por dizer que em reunião de Câmara de treze de Abril do corrente ano foram aprovadas as alterações aos regulamentos, a saber: Regulamento da Actividade de Transporte de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Vimioso; Regulamento sobre Licenciamento das Actividades Diversas Previstas no Decreto-Lei número duzentos e sessenta e quatro barra dois mil e dois, de vinte e cinco de Novembro e no Decreto-Lei número trezentos e dez barra dois mil e dois, de dezoito de Dezembro; Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho pelos Feirantes do Concelho de Vimioso; Regulamento do Mercado Municipal; Regulamento do Cemitério Municipal; Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças; Regulamento de Abastecimento de água no Concelho de Vimioso; Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação no Concelho de Vimioso; e aprovação do Regulamento de Serviço de Saneamento no Concelho de Vimioso. Referiu que os mesmos já tinham sido publicados e decorrido o período de apreciação pública. Sublinhou o facto de, no processo de alteração dos diferentes regulamentos, terem sido feitas reuniões com as chefias da Câmara Municipal, as quais deram importantes contributos. -----  
-----Justificou as alterações dos regulamentos com a necessidade de os adaptar às exigências actuais, tornando-os, dessa forma, mais eficientes e eficazes. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que, para além de ter apontado algumas correcções (ortográficas) apresentou as seguintes questões: - relativamente às tarifas da água seria pertinente dispor das tarifas anteriores para estabelecer uma comparação com as que agora se apresentam, sublinhando que o problema da qualidade da água deve ser sempre uma prioridade; obrigação de fixação dos preços nos produtos nos mercados e feiras: considerou que era praticamente impossível cumprir o que estava regulamentado; Local da realização da Feira: considerou que a realização da feira deveria ser retirada das ruas da vila devendo passar a realizar-se no local próprio (Multiusos e Campo da Feira); provedor do utente: uma vez que o regulamento refere que ( página oitenta e sete, artigo quinquagésimo) “ os casos omissos e as dúvidas serão resolvidas pela Câmara”, sugeriu a figura de Provedor do Utente, retirando à Câmara o poder discricionário de decidir; Realização de Espectáculos: questionou se o baile de finalistas necessitava ou não de licenciamento ou participar ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Sr. Luís Rodrigues, este começou por louvar o facto de a Câmara Municipal ter decidido alterar os regulamentos. Disse que esta alteração lhe permitiu tomar conhecimento dos diferentes regulamentos e que os mesmos lhe permitiram elaborar regulamentos para a sua freguesia, nomeadamente o regulamento do cemitério. Considerou que os regulamentos e as Leis em geral são muito importantes apesar de, a distância que vai da Lei ao seu cumprimento ser ainda muito grande. Considerou que a Lei, em particular no que respeita às punições, deve estar adequada à realidade das pessoas e deve ser aplicada com bom senso. Questionou se existem ou não posturas municipais. Informou que na sua freguesia a Junta vai apresentar, para votação na Assembleia de Freguesia, posturas porque considerou que é urgente e fundamental legislar sobre matérias acerca das quais as freguesias vão ser responsabilizadas, como é o caso dos “crimes” ambientais (ex: entulhos). Sugeriu que as freguesias viessem a adoptar posturas comuns por forma a uniformizar práticas em todo o Concelho. -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo De Víboras que, tal como o Sr. deputado José Carlos Gonçalves, também considerou praticamente inviável os feirantes colocarem os preços nos

produtos. A este propósito referiu que o actual Governo era perito em acabar com tradições seculares, dando como exemplo a legislação relativa ao fabrico da aguardente. Mostrou a sua indignação com o facto de se legislar sem ter em consideração as realidades e tradições locais. -----

----- O Sr. deputado Vítor Paiva, no uso da palavra, esclareceu que os regulamentos em questão estavam baseados na Lei do Código Administrativo e, fundamentalmente, na Lei Civil que nos rege, donde, quando se refere aos casos omissos, evidentemente que a Câmara Municipal só os pode resolver com base na Lei porque nesta (geral) não haverá omissões e, caso elas existam, recorre-se à jurisprudência de casos anteriores, não havendo qualquer espaço para a arbitrariedade de quem quer que seja. Referiu-se às tarifas da água considerando que, mesmo com os aumentos propostos o preço continua baixo, defendendo, contudo, que deveriam ter-se em conta tarifas sociais (ex: idosos com dificuldades financeiras). Deu ainda conhecimento das alterações relativas ao registo dos veículos, designadamente nos preços a praticar, muitíssimo mais elevados àqueles que o regulamento da Câmara Municipal apresenta. ----

----- Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, este agradeceu os contributos e sugestões de todas as intervenções, recordando que os regulamentos tiveram um período de apreciação pública podendo e devendo as sugestões de alteração terem sido feitas nesse período.

----- Respondeu ao Sr. deputado José Carlos, a propósito das tarifas, designadamente da água que os aumentos propostos foram devidamente ponderados tendo em conta a realidade sócio-económica do Concelho. Disse ainda que a comparação das actuais tarifas com as novas propostas era uma tarefa que o senhor deputado deveria ter feito. Quanto à sugestão do Provedor do Utente disse que a respeitava mas que estava em total desacordo com ela, não aceitando a observação de que a Câmara Municipal ficava, a propósito dos casos omissos nos regulamentos, com o poder discricionário, pois que, dificilmente, ou mesmo nunca, apareceriam situações não configuradas nos regulamentos. Congratulou-se com o facto do regulamento do cemitério municipal ter contribuído para que a Junta de Freguesia de Argoselo regulamentasse o seu cemitério. Disse que a Câmara Municipal não tinha qualquer tipo de posturas, dispondo apenas de regulamentos. Ainda relativamente às posturas disse ter conhecimento de que há freguesias que as

têm, existindo algumas que estão a alterá-las. Concordou com a sugestão de uniformizar as posturas de todas as freguesias tendo disponibilizado o Assessor Jurídico para colaborar nesse trabalho se as freguesias assim o entendessem e solicitassem. ----- Partilhou da preocupação apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras relativamente à legislação que, directa ou indirectamente, acaba com as tradições, contudo, defendeu a importância da existência de Leis para regularem as diferentes actividades sendo que a Lei não deve existir para obstaculizar mas sim para ordenar e facilitar a vida em sociedade. Terminou agradecendo a explicação técnico-jurídica dada pelo Sr. deputado Vítor Paiva. ----- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com as abstenções dos senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, José Luís Pires Rodrigues, Nuno dos Santos Penascais Martins e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela Sr. César Manuel Veiga Rodrigues. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ----- **Ponto Três**

**Ponto Três. – Conhecimento do Processo Contencioso Pré-Contratual n.181/05. 7 BEMDL – Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----**

----- Para apresentar este ponto foi dada a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira o qual informou que este processo respeitava à obra de construção de habitações a custos controlados, acerca da qual havia dois processos no Tribunal Administrativo de Mirandela: processo contencioso pré-contratual e providência cautelar. Na providência cautelar foi dada razão à Câmara Municipal e no processo contencioso pré-contratual, quem colocou a acção veio, agora, desistir da mesma. Terminou dizendo que este ponto era para dar conhecimento à Assembleia Municipal do término do processo. ----- **Ponto Três Ponto Quatro.**

**– Aprovação e Votação da Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal – 2006. -----**

----- Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, o qual começou por dizer que as alterações introduzidas ao quadro de Pessoal tinham sido aprovadas em reunião de Câmara de dezoito de Setembro. Sublinhou a importância destas alterações no sentido de adaptar o quadro de pessoal às novas exigências e às

novas competências da Câmara Municipal. Referiu-se aos lugares a abater (vinte e seis) e os novos lugares criados (nove) referindo que se interpretou correctamente as normativas impostas pela Lei do Orçamento do Estado relativa a esta matéria. ----- Interveio o Sr. deputado José Luís que concordou com a alteração do lugar de Engenheiro Agrónomo pelo lugar de Técnico Superior em Ciências Agrárias, considerando que, se o lugar existe, devia ser ocupado, pois que era fundamental investir na agricultura uma vez que é a actividade que ainda fixa gente no concelho, donde devia ser apoiada tecnicamente. ----- Não concordou com a extinção de vários lugares (ex: animador cultural, técnico de museus, técnico de serviço social) considerando que se estava a diminuir a possibilidade de ter recursos no concelho. Referiu-se à extinção do lugar de técnico auxiliar de turismo dizendo que a Câmara praticava uma política oposta à da Região de Turismo que pretendia investir nos guias de turismo para promover a região. Disse que a Câmara devia dotar o seu quadro de técnicos nas áreas do ambiente e social e não recorrer a esses técnicos via contratos a termo. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que corroborou com a intervenção do Sr. deputado José Luís. Reforçou a mesma ideia dando o exemplo do animador cultural, pois que, tendo a Câmara Municipal uma ludoteca em funcionamento, esse lugar fazia falta. Lamentou, igualmente, a extinção do lugar de Técnico Profissional de Serviço Social. Constatou que dos lugares extintos nenhum estava dotado, donde não haveria despedimentos. ----- O Sr. Presidente da Junta de Argoselo, no uso da palavra, disse que se a estratégia do Governo é encerrar serviços e com eles o fim de postos de trabalho numa lógica de pensar exclusivamente em números, a acção da Câmara Municipal deveria ser justamente a inversa, ou seja investir nas pessoas. Contudo, mostrou a sua apreensão relativamente ao facto de haver aumento de recursos humanos mas não existir o respectivo retorno dessa aposta uma vez que se assistia a um certo comodismo e amorfismo por parte dos funcionários. A este propósito transportou para o concelho aquela máxima de Kennedy, o que é que as pessoas podem fazer pelo concelho e não o que o concelho pode fazer por elas. Terminou, dizendo que não queria entrar em choque com os lugares a criar no quadro, no entanto referiu que era um contra senso criar lugares de economistas,

pois que, um concelho e uma Câmara que luta contra os números (entenda-se política do Governo) estava, precisamente a investir nos números. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Ao Sr. deputado José Luís disse que havia, na intervenção dele, um contra senso uma vez que, na sua primeira intervenção nesta Assembleia, dera os parabéns à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco pela sessão organizada, e agora, vem dizer que não há investimento na área social. Sublinhou que o anterior e actual executivos foram de todos os que mais investiram na área social exemplificando com o facto de, se não fosse a Câmara Municipal a disponibilizar quatro pessoas para a Comissão e Protecção de Crianças e Jovens, esta não funcionaria como havia referido na sessão “ o que fazer”. Referiu que as críticas à extinção do lugar de Técnico Profissional de Serviço Social não fazem sentido, justificada somente pelo uso da crítica pela crítica, uma vez que, o quadro de pessoal continuava a dispor do lugar de Técnico Superior de Serviço Social que considerou suficiente para as necessidades do concelho. -----

----- Reforçou o facto de a Câmara Municipal investir na área social com as medidas e investimentos na área da educação, a qual tem merecido uma atenção especial, relacionada com as pessoas, em especial com as crianças e jovens. Continuou dizendo que uma coisa é dizer que há lacunas e aspectos a melhorar, outra é dizer-se que não há investimento na área social, o que não é verdade. Relativamente ao Técnico Profissional de Turismo, disse tratar-se de mais um exemplo de desconhecimento do quadro de pessoal ou então de crítica pela crítica, isto porque, está em fase de concurso ( avaliação das candidaturas) a contratação de um Técnico de Turismo que considerou suficiente para o Município. Continuou dizendo que havia mais contra sentidos na intervenção do Sr. deputado uma vez que ele, defendia a contratação de mais pessoal, e o governo limitava às autarquias as despesas com pessoal. ----- Respondeu ao Sr. deputado José Carlos relativamente ao animador cultural necessário para a ludoteca recordando que quando foi contratada a pessoa que se encontra, ainda hoje na ludoteca, o executivo do agrupamento de escolas levantou muitas dúvidas quanto à sua formação e capacidade, mas porque essa pessoa mostrou um bom desempenho, hoje já é óptima, e a ludoteca não pode funcionar sem ela. Melhor teria sido dar o benefício

da dúvida, garantindo que a ludoteca continuaria a funcionar em perfeita parceria com o agrupamento de escolas. -----

----- Respondeu à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo dizendo que não percebera nem percebe qual a relação entre a crítica ao investimento nos números e os economistas pois que, não vê nos economistas técnicos exclusivamente ligados a números, mas sim, fundamentalmente, ligados a projectos e acompanhamento da execução dos mesmos, bem como a actividades de índole empresarial (ex: empresa intermunicipal de águas). ----- Usou, de novo, da palavra o Sr. deputado José Luís tendo referido que o Sr. Vice-Presidente jogava muito bem com as palavras. Voltou a defender que, quer a nível social, quer ambiental, a Câmara Municipal deveria dotar os lugares do Quadro sendo que, essa dotação significaria um verdadeiro investimento nessas áreas evitando desse modo a recorrência a contratos a termo certo (precariedade no emprego). Uma vez que a Câmara tem técnicos nessas áreas a contrato deduziu que, só não eram dotados os lugares de quadro porque se estava à espera que aparecesse alguém que os pudesse vir a ocupar, pois que, havia mais celeridade em dotar outros lugares (ex: engenheiros). Em relação ao facto de o Sr. Vice-Presidente se ter referido ao investimento social patente na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, disse que, aquando da sessão”o que fazer” o Sr. Vice-Presidente tinha sido ingrato ao não ter feito referência ao trabalho desenvolvido pela Técnica do Centro de Saúde, tendo-se limitado à referência dos elementos da Câmara Municipal. Continuou dizendo que o trabalho da Técnica do Centro de Saúde tinha tanta magnitude como todo o trabalho de todos os elementos da Câmara. -----

----- Para responder a esta intervenção foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Este referiu que o Sr. deputado José Luís, uma vez mais, baralhara tudo reforçando dessa forma, os contra-sensos a que se referira anteriormente. Justificou com o facto de ele ter dito que existia no quadro um lugar (vago) de Técnico Superior de Serviço Social e que, o Sr. deputado na anterior intervenção criticara a extinção do lugar de Técnico Profissional de Serviço Social. Ora, veio nesta segunda intervenção, o Sr. deputado defender que o Técnico Superior de Serviço Social era suficiente desde que fosse dotado, donde não fazia grande sentido o Técnico Profissional

de Serviço Social, cuja extinção tanto criticara. -----  
----- Relativamente ao facto de, na sessão “o que fazer” não se ter referido ao trabalho da Técnica do Centro de Saúde, esclareceu que não se referiu em concreto ao trabalho de qualquer técnico e, quando fez referência aos quatro elementos da Câmara Municipal que integram a Comissão Restrita foi no sentido de dizer que, se não fossem esses elementos a comissão não funcionaria pois que, dos sete elementos que compõem a Comissão Restrita, quatro são da Câmara Municipal, donde a referência a estes corresponde a factos concretos. Não obstante, sublinhou que não tinha qualquer problema em referir-se à técnica que representa o Centro de Saúde (enfermeira Esmeraldina), pelo contrário, é com satisfação que se tem referido ao trabalho por ela desenvolvido, trabalho de excelência, como aliás pode ser testemunhado pelos elementos da comissão em reuniões diversas, inclusivamente junto da Sr<sup>a</sup>. Secretária de Estado da Segurança Social e Presidente da Comissão Nacional aquando da reunião das comissões do distrito realizado no Governo Civil. Continuou dizendo que as referências feitas na referida sessão “o que fazer” foram no sentido de criticar, indirectamente, a Segurança Social (Centro Distrital de Bragança) na medida em que, no espaço de três anos, foram seis as técnicas que representaram aquela instituição. Concluiu sublinhando que o trabalho da enfermeira Esmeraldina tem sido exemplar, de grande utilidade, em perfeita colaboração com a Dr<sup>a</sup>. Dora, Professora Edite (que entretanto já deixou de fazer parte da comissão) e do Sr. Francisco Bruçó, os quatro técnicos mais intervenientes da comissão. Continuou dizendo que não aceitava o facto de o Sr. deputado ter dito que sabia jogar com as palavras porque o que tinha referido, relativamente às incongruências, eram factos que tinham ficado bem demonstrados. ----- Ainda relativamente à problemática do investimento, ou não, na área social o Sr. Vereador António Oliveira, reforçou a atenção dada pelo executivo à política social com exemplos concretos: a Câmara Municipal celebrou protocolos com as Santas Casas de Misericórdia do Concelho com o objectivo de responder a carências habitacionais detectadas; a Câmara Municipal tem apoiado estudantes (bolsas de estudo, apoio ao alojamento em residências) sempre que teve conhecimento da necessidade de prestar esse apoio. Exemplificou também o investimento em política ambiental, recordando que em dois mil e dois existiam somente duas ETAR”S, que não

funcionavam, e que hoje, todas as localidades têm tratamento das águas residuais. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. deputado José Luís que disse conhecer os casos de alunos apoiados, tendo questionado o Sr. Vereador Oliveira acerca dos critérios utilizados para a atribuição desses apoios, pois que, haveria no concelho mais casos similares. Referiu que em termos de política social, o executivo liderado pelo Engenheiro José Miranda tinha ultrapassado em muito o actual executivo, recordando o Projecto de Luta Contra a Pobreza que permitira trazer para o concelho muito dinheiro tendo algum sido utilizado, pelo actual executivo, em obras para fazer favores. -----

----- Respondeu o Sr. Vereador Oliveira dizendo que os critérios utilizados na atribuição de apoios sociais se tinham baseado, exclusivamente, no conhecimento dos factos e nas informações sociais relativas aos mesmos, não tendo querido responder ao Sr. deputado a propósito da sua referência a favores, já que não os tinha concretizado. -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. deputado José Carlos que, a propósito do animador cultural e das referências feitas à pessoa que actualmente está na ludoteca, por parte do Sr. Vice-Presidente, questionou este, se os problemas e as resistências a essa pessoa tinham sido feitas pelo actual executivo do agrupamento de escolas. -----

----- Respondeu o Sr. Vice-Presidente dizendo que não tinha sido o executivo actual da escola. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sr. Sérgio Pires dizendo que melhor que ninguém, o executivo da Câmara Municipal saberia que alterações deveriam ser feitas ao quadro de pessoal, no sentido de contribuir para o desenvolvimento do concelho. No entanto, sugeriu que os actuais e novos técnicos, na eventualidade de serem contratados, pudessem vir a estar disponíveis no apoio às juntas de freguesia designadamente na elaboração e acompanhamento de projectos, pensando já no próximo quadro comunitário que considerou de capital importância para o concelho, em particular para as freguesias, já que era a última grande oportunidade de desenvolvimento. -----

----- Respondeu a esta intervenção o Sr. Presidente da Câmara que a considerou de grande pertinência e oportuna deixando a garantia de que os técnicos existentes e os que vierem a trabalhar nesta Câmara, estarão disponíveis para

dar todo o auxílio às juntas de freguesia. ----- Não se registaram mais intervenções pelo que, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores deputados: José Carlos, José Luís e Luís Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo). Posto à votação em minuta, o mesmo ponto foi aprovado por unanimidade. Apresentou declaração de voto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, dizendo que votara contra pelas razões já expostas sublinhando que um concelho que tinha de lutar contra os números, era um contra-senso apostar em números tanto mais que se estava a apostar em técnicos de gabinete não se contribuindo, dessa forma, para um concelho mais dinâmico. -----

**Ponto Três Ponto Cinco – Apreciação da Proposta de Lei das Finanças Locais. -----**

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para introduzir este ponto. O Sr. Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção: como sabem o Governo apresentou uma nova Proposta de Lei das Finanças Locais que introduz restrições ao princípio da autonomia local ao permitir alterar anualmente limites diversos através da Lei do Orçamento de Estado, sujeitando a gestão municipal à incerteza pelo facto da Lei poder alterar todos os anos com o Orçamento de Estado. Os critérios de distribuição de fundos da nova proposta de Lei das Finanças Locais são desadequados geradores de maior desigualdade em benefícios de Municípios com maior actividade económica e mais população. Saliencia-se que, ao contrário do anunciado em vez de um aumento de receitas para os municípios abrangidos pelas áreas protegidas ocorre de facto uma descida como o caso de Vimioso que tem quarenta por cento da rede natura, pois perde em comparação com o Fundo Geral Municipal de dois mil e seis de acordo com a Lei anterior. Os Municípios com elevada densidade populacional, leia-se os municípios do litoral, passam a ser mais valorizados, dos duzentos e oitenta e sete municípios com menos de quarenta mil habitantes, duzentos e um perdem receitas. As distorções são enormes, Sintra, por exemplo, tem um aumento de oitenta e quatro vírgula oito por cento, Gondomar tem um aumento de oitenta e um e meio por cento; e os prejudicados, por exemplo, Constança perde cinquenta e sete vírgula três, Vila de Rei perde cinquenta e dois vírgula um, a Ilha do Corvo perde setenta e quatro vírgula vinte e um, no caso de Vimioso teremos uma

variação negativa de dezasseis vírgula oito por cento. Relativamente à repartição dos dois por cento no IRS dos sujeitos passivos e uma participação variada até três por cento, nesta matéria, mais uma vez os municípios são prejudicados, porque se nós tivermos que descer o nosso IRS já poucos recebemos no nosso Concelho, mas se viermos a descer, menos impostos temos, de qualquer das formas, aí já haverá poucas receitas. Nós de facto tentamos trazer para aqui gente e até somos dos concelhos que temos o cuidado de criar incentivos, para que eles venham para cá, no caso da zona industrial, no caso do nascimento de crianças, no caso concreto de outros incentivos que temos dado com a intenção das pessoas se fixarem aqui. Isto, os municípios pequenos têm que o fazer, os grandes não será necessário que até já tem gente a mais. ----- Quanto ao limite de endividamento as condições passam ainda a ser mais restritivas visto o endividamento actual dos municípios; considerando os critérios da actual Lei ser de sessenta e quatro vírgula onze por cento, enquanto com a aplicação dos critérios da nova proposta de Lei das Finanças Locais passam para cento e sessenta e três vírgula trinta e três por cento, ou seja neste momento os municípios estão endividados em sessenta e quatro vírgula onze por cento passam de facto para cento e sessenta e três vírgula trinta e três por cento. Convém dizer que em termos de comparação de endividamentos entre os municípios e a Administração Central, no final do ano de dois mil e quatro, os municípios deviam quatro vírgula dois milhões de euros e a Administração Central devia oitenta e três mil vírgula sete milhões de euros, ou seja vinte vezes mais. Comparando o saldo financeiro dos municípios ao da Administração Central, o saldo dos municípios foi positivo em vinte e cinco milhões de euros, enquanto a Administração Central teve um défice de seis milhões oitocentos e dezanove mil euros. Em conclusão, as Câmaras contribuíram para a diminuição do défice donde a responsabilidade do défice é de facto da Administração Central. A Administração Central tem-se demitido ao longo de todos estes anos do investimento em zonas como a nossa, senão vejamos: o que é que Administração Central fez nestes últimos vinte anos no nosso concelho, estou a pensar que há pouco tempo fez o Centro de Saúde, foi o único investimento que fez, porque os investimentos que se têm feito aqui nestes últimos anos foi a autarquia local; portanto, se porventura nós formos ficar cada vez com menos possibilidades de investir o Governo vai-se demitir de investir

aqui. Deveria de facto pensar-se numa discriminação positiva para com esses concelhos que eu estou a apontar, afinal não houve porque os investimentos do Governo continuam a ser cada vez menos. ----- Usou da palavra o Dr. Vítor Paiva que começou por criticar o actual Governo pelo facto de apontar os funcionários públicos e as autarquias como os grandes despesistas do país. Considerou que a contenção de despesas é fundamental, contudo, não deviam ser tomadas medidas que prejudicam um todo nacional. Referiu que com a proposta de Lei das Finanças Locais, tal como ela está, Vimioso perderá vinte e sete por cento das transferências do Orçamento de Estado pois que, aos dezasseis por cento há a acrescentar a inflação e os aumentos que com a actual Lei se registariam. Considerou muito grave, o facto de o Governo para justificar esta Lei, se socorrer de ataques aos autarcas, acusando-os de despesistas, irresponsáveis faltando apenas chamá-los de corruptos. Continuou dizendo que a corrupção, se existir, deve ser punida existindo para o efeito os respectivos tribunais. Disse que, com esta Lei, as autarquias tinham de recorrer à política da “mão estendida” permitindo-se o Governo decidir arbitrariamente isto é, em função da cor política dos autarcas. Continuou na crítica ao Governo referindo-se aos funcionários públicos que são em número muito superior ao necessário, sem que se refira que era necessário aplicar uma nova política de distribuição desses funcionários, a fim de, com a política de diminuição dos mesmos, não se desertificar ainda mais o interior onde o Concelho de Vimioso se inclui. Exemplificou a crescente desertificação do interior com os recentes casos de Nelas e Portalegre em que o Governo se revelou incapaz de resolver o problema ( encerramento de fábricas). Mostrou a sua indignação com o facto de o Orçamento dos ministérios (para funcionamento ) ter aumentado doze e meio por cento quando a função pública não teve direito a nada. Terminou apelando à necessidade de se estar muito atento e lutar pela defesa daquilo a que temos direito, ou seja dos interesses do nosso Concelho. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado Aníbal Alves do Rosário tendo referido que era importante que esta Assembleia tomasse uma posição relativamente à proposta de Lei das Finanças Locais, uma vez que, quer o Sr. Presidente da Câmara quer o Sr. deputado Vítor Paiva já tinham demonstrado que ela era má e prejudicial para o nosso concelho, em particular, e para o país, em geral. Disse que, com esta

Lei, se reforçava a máxima que diz que “ Portugal é Lisboa e o resto é paisagem” no nosso caso uma paisagem sem gente. ----- Criticou a posição intransigente do Governo que, continua a afirmar que não alterará uma vírgula à proposta de Lei . Considerou que o ataque que esta Lei dirigia ao poder local era despropositado e injusto uma vez que os grandes responsáveis pelo desenvolvimento do País têm sido as autarquias; (Câmara e Juntas) as quais sentem de perto os problemas das pessoas aos quais procuram dar a melhor resposta. Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia um intervalo de dez minutos a fim de poder ser apresentada uma moção/proposta, tendo mesmo convidado o Grupo Municipal do P. S. a associar-se à redacção da mesma. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado Luís Diz que reforçou o sentido das intervenções anteriores dizendo que a nível comercial o concelho está desmotivado, descapitalizado e sem esperança. Disse que um concelho como o nosso, onde não era possível obter os rendimentos que se obtêm em Lisboa ou Porto, também os impostos (IRS, IVA) deviam ser mais baixos. Na sua opinião o Governo tudo está a fazer para acabar com o nosso concelho, e com isso empurrar-nos para os grandes centros. Indicou, a título de impostos, a grande discrepância entre Portugal e Espanha, donde, sendo Vimioso um concelho de fronteira vê a sua posição enfraquecida. Indicou, ainda, como exemplo de falta de investimento e portanto de solidariedade do actual Governo para com o concelho, o facto de a Santa Casa da Misericórdia ter candidatado um projecto para uma unidade de cuidados continuados por forma a responder às grandes necessidades do concelho nesta área, projecto candidatado há dois anos, não se compreendendo porque razão não foi aprovado. Informou que a mesma Santa Casa candidatou um outro projecto para alargamento do lar ( a exemplo do projecto da Unidade de Cuidados Continuados, apoiado pela Câmara Municipal a quem agradeceu em nome da direcção de que faz parte) mas provavelmente também não será aprovado com a justificação de que não haverá verbas. Apelou a todos que se unissem na defesa dos interesses do concelho esquecendo as querelas / cores partidárias uma vez que não fazia qualquer sentido estar a defender cores políticas que prejudicavam o concelho. -----

Dada a palavra ao Sr. Luís Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, este referiu que estava de acordo com a apresentação de uma

moção contra a Lei das Finanças Locais uma vez que o mais importante era demonstrar a situação ridícula em que o Governo nos pretende colocar, não compreendendo qual o sentido da estratégia do Governo que continua a promover a concentração de serviços, abandonando, por completo, o interior. Considerou que era tempo de mostrarmos a nossa indignação. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que disse não ter conhecimento da proposta do Governo da Lei das Finanças Locais. Disse acreditar na exposição do Sr. Presidente da Câmara segundo o qual o nosso concelho em dois mil e nove teria uma redução de verba de dezasseis por cento. Disse ainda que ele próprio, funcionário público, se sentia prejudicado por todas as medidas. No entanto considerou que, em função das anteriores intervenções, se estava a acusar o Governo de tudo, quando, na verdade, o que estava em causa era debater a Proposta de Lei das Finanças Locais. Considerou que o nosso concelho tinha razões objectivas para se queixar do actual, dos anteriores e dos futuros governos, porque, infelizmente, todos os governos têm esquecido o interior. Relativamente a proposta do Sr. deputado Aníbal do Rosário, de se apresentar uma moção de protesto apresentada por todos, achou-a pouco oportuna, considerando que teria sido mais fácil a proposta partir do executivo camarário e, agora, a Assembleia pronunciar-se acerca dela. Reafirmou que ele próprio e o Grupo Municipal do PS, não podiam, por desconhecimento da Lei, participar na elaboração e apresentação da referida moção.

----- Voltou a usar da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário que respondeu ao Sr. deputado José Carlos Gonçalves, sublinhando que o que estava em causa com a apresentação da moção era unicamente a defesa dos interesses do concelho que, como já ficou demonstrado, iria ser gravemente prejudicado. Disse ainda que um deputado municipal tinha por obrigação conhecer a Lei e que havia muitas formas de ter acesso a ela. Manteve o pedido de interromper a sessão para elaborar uma moção que seria apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, como forma de protesto e indignação. ----- Novamente, no uso da palavra, o Sr. deputado José Carlos Gonçalves considerou que se poderia apresentar qualquer proposta, ela devia ser feita com antecedência, fazê-la chegar à mesa e depois discutida pala Assembleia. ----- O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que a Associação Nacional de Municípios em

ofício enviado, solicitou que fosse promovida uma reunião de Assembleia que incluísse na ordem de trabalhos a análise da Lei das Finanças Locais, devendo culminar a discussão com uma deliberação de rejeição, a enviar àquela associação. ----- Foi dada, de novo, a palavra ao Sr. deputado Luís Diz que considerou fundamental uma tomada de posição, até como forma de, no futuro, ninguém poder vir apontar que esta Assembleia aceitou tudo sem qualquer reacção. ----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, Sr. José Quina, disse que quando nos sentimos prejudicados devemos fazer sentir esse nosso descontentamento no momento do voto. Disse estar convicto que a Proposta de Lei das Finanças Locais vai ser aprovada na Assembleia da República. Não se considerando um político, na verdadeira acepção da palavra, disse que em democracia não há respeito por ninguém uma vez que são as maiorias que decidem sem que respeitem as pessoas e os seus direitos e reivindicações. Reafirmou que era com o voto que podem protestar, que o iria fazer votando contra o actual Governo ou pelo menos abstendo-se, nas próximas eleições. Concluiu dizendo que a moção que viesse a ser apresentada não levaria a nada, considerando que existiam coisas mais importantes pelas quais esta Assembleia devia lutar. ----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi interrompida a sessão pelo período de dez minutos. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. deputado Aníbal do Rosário que, em nome do Grupo Municipal do PSD, apresentou a seguinte “ Moção. Considerando que, a Proposta de Lei das Finanças Locais apresentada pelo Governo é verdadeiramente atentatória do princípio da autonomia local, consagrada na Constituição Portuguesa; considerando que a ser aprovada esta proposta, ela representa o mais violento ataque à actividade dos municípios, pois que, limita incompreensivelmente , o recurso ao crédito e se ingere na gestão do pessoal das autarquias; considerando que, esta proposta do Governo esquece que os Órgãos Autárquicos foram eleitos universal e secretamente pelos eleitores (munícipes), na base de uma lei existente e aceite democraticamente por todos; considerando que, no município de Vimioso a Câmara Municipal é o principal e quase única, geradora de investimentos e empregadora; considerando que, o município de Vimioso em particular, e Nordeste Transmontano, em geral, tem sido ao longo dos anos esquecido pelos sucessi-

vos governos; considerando que, esta proposta contém em si vários constrangimentos à actividade da Câmara Municipal, e por consequência das Juntas de Freguesia; considerando que, esta proposta representa o primeiro e grave passo para a sobrevivência do nosso concelho; considerando que, esta proposta agrava as assimetrias regionais, condenando um interior, já por si moribundo e agonizado. O Grupo Municipal do PSD apresenta esta moção de indignação e total repúdio pela proposta de Lei das Finanças Locais apresentada pelo actual Governo. Desta proposta dê-se conhecimento a: Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Governo Civil de Bragança e Associação Nacional de Municípios Portugueses. Uma vez mais o Sr. deputado Aníbal lançou o convite ao Grupo Municipal do PS para subscreverem, com eventuais alterações esta moção. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado Acácio Fernandes que sugeriu a alteração dos termos “rejeição e repúdio” pelos termos “manifestar a indignação”, porque a Assembleia Municipal não tem qualquer poder para rejeitar uma proposta do Governo. Foi aceite esta sugestão, tendo o Sr. Presidente da Assembleia colocado a Moção à votação. Registaram-se zero votos contra, três abstenções dos Senhores deputados José Carlos Vaz Gonçalves, José Luís Pires Rodrigues e José Maria João de Quina Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, e vinte e dois votos a favor, tendo sido aprovada por maioria. -----

----- **Ponto Três Ponto Seis – Outros Assuntos de Interesse para o Município.** -----

Tendo sido distribuída cópia relativa ao Fórum Mundial da Água, o Sr. Presidente da Assembleia questionou se alguém pretendia intervir antes de colocar a subscrição à votação. ----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado José Luís que disse que perante uma proposta como a que estava em questão ninguém votaria contra. Considerou que as medidas apresentadas na proposta eram muito gerais, e que, não eram elas que resolveriam os problemas da água no concelho. Disse que a poupança de água no concelho designadamente no Verão obrigava a medidas mais eficazes. Disse não se compreender que, nos meses de Julho e Agosto não fosse feita a contagem da água, já que essa era uma forma de fazer com que os consumos aumentassem, referiu que, inclusivamente, a Câmara fez sair um aviso de que nesses meses a contagem não seria feita, considerando tal medi-

da como exemplificativa da má gestão da água, porque se promove o abuso, levando a situações como a que aconteceu em Angueira em que foi necessário os Bombeiros reforçarem o abastecimento, quando se trata de uma aldeia com abundância de água. Disse ter-se sentido envergonhado perante tal facto. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues. Começou por dizer que durante as anteriores Assembleias (reuniões) tem procurado perceber a dinâmica da mesma, concluindo que os elementos que a constituem têm andado a reboque exemplificando com o facto de, sempre que é apresentada uma proposta a Assembleia a subscreve. Afirmou que gostava de marcar a sua posição não aceitando ir a reboque. Recordou que numa sessão de Assembleia tinha apresentado, individualmente, uma proposta relativa à fuga de serviços do concelho, em particular de Argoselo, não tendo sido, na ocasião, apoiado. Considerou que a Assembleia deveria, na defesa dos interesses do concelho, fazer chegar ao Governo, moções, subscritas por todos os membros, demonstrativas da nossa indignação pela forma como temos sido tratados. Disse que para o nosso Concelho, mais importante que as questões do Fórum da Água, é a fixação das pessoas. Neste sentido, apesar de expressar o seu voto favorável à proposta, considerou que ela não dizia muito respeito à realidade do Concelho. Terminou dizendo que gostaria de ver uma Assembleia mais activa e interventiva na elaboração de propostas/medidas que dissessem respeito directo ao concelho. ----- O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções mas disse que os Senhores deputados, pelo teor das suas intervenções, não tinham entendido bem o que estava em causa. Lembrou que no México tinha decorrido um Fórum Mundial sobre a Água, que tinha sido apresentado um documento, e que se pedia às Assembleias Municipais a sua subscrição ou não. Colocada à votação a subscrição do Fórum Mundial da Água, foi aprovada por unanimidade. -----

----- No uso da palavra, o Sr. deputado Acácio Fernandes solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que alertasse a Direcção de Estradas de Bragança para um problema de indicação errada (em placas informativas) da distância em Km existente à saída de Vimioso para Carção, onde são indicados cinquenta e sete Km quando, na verdade, deveriam estar quarenta e sete Km. Disse que a situação era caricata, uma vez que

à saída de Caçarelhos há uma indicação de cinquenta e sete Km (distância a Bragança) que está correcta e, depois, à saída de Vimioso, surge novamente a indicação dos mesmos cinquenta e sete Km. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, que começou por referir que, voluntariamente, não tinha intervindo nos pontos anteriores, com o objectivo de verificar quem é que intervinha, tendo concluído que eram sempre os mesmos. Informou que da parte da Câmara Municipal lhe tinham solicitado documentos relativos à Escola de Angueira pois que, pretendia-se inscrever o prédio na conservatória. A propósito da Escola (já desactivada) informou que era aconselhável retirar material (computador, quadro eléctrico, etc. ) que lá existia. Mostrou o seu descontentamento relativamente à estrada Angueira – Três Marras, uma vez que a empresa responsável pela obra, trabalha dois dias e abandona o local, questionando/pretendendo saber em que situação se encontra a estrada. Solicitou o apoio para a protecção/sinalização de uma lagoa (ponto de água) construído pela Junta de Freguesia, e também ela localizada à saída de uma curva. Referiu que tinha votado favoravelmente a proposta de alteração do quadro de pessoal esperando que fosse possível o serviço do cozeiro ou de outros funcionários ficar disponível para a abertura de covas nas freguesias uma vez que, em Angueira, é cada vez mais difícil encontrar quem faça esse trabalho. Considerou que já era tempo de a freguesia de Angueira ser contemplada com o arranjo de caminhos, tendo informado que entre Angueira e Avelanoso existe um caminho completamente consumido pelo mato. ----- Relativamente a apoios financeiros, solicitados à Câmara Municipal há mais de meio ano, informou que os técnicos do GAT já tinham visto os trabalhos tendo constatado a sua conformidade em relação ao apoio solicitado. Terminou com a informação de que no cruzamento das Três Marras existe uma placa informativa que leva as pessoas a confundirem-se, já que informa S.Martinho/Angueira, quando deveria informar S. Martinho de Angueira ou Angueira. -----

----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, sugeriu à Câmara Municipal que, a partir de uma base de dados dos telemóveis existentes no concelho, fosse usada essa tecnologia/meio para a transmissão de informação, via SMS, evitando o uso de carta-

zes que nem sempre são consultados ou até mesmo afixados. -----

Foi dada a palavra ao Sr. deputado José Luís que interveio no sentido de pedir a colaboração, aos Srs. Presidentes de Junta, para a campanha de vacinação contra a gripe sazonal, tendo, para o efeito, dado a informação necessária. -----

----- Autorizado a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires deu conhecimento do facto de a estrada que liga Caçarelhos a Angueira, em períodos de chuva mais intensos, ficar coberta de terra/lama proveniente de caminhos vicinais e agrícolas, tendo nos últimos temporais provocado acidentes. Pediu para que fossem tomadas medidas, entre outras, colocar sinalização a fim de, no futuro, se evitarem males maiores. -----

----- Para responder a este conjunto de intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Respondeu às várias questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. Escolas Básicas do primeiro ciclo: a nível da Associação de Municípios da Terra Fria está a ser feito um estudo no sentido de avaliar a possibilidade de readaptação esses edifícios (escolas) para fins turísticos. Estrada Angueira Três Marras: referiu que apesar do empreiteiro garantir que, no prazo de dois a três meses, a estrada fica concluída, a verdade é que, pelo andamento da situação, dificilmente essa garantia será efectivamente concretizada. Contudo, considerou que é necessário ser um pouco mais paciente porque se, porventura, se entrar em litígio com a empresa, a finalização da obra pode ficar ainda mais comprometida. Sublinhou que a fiscalização da obra tem actuado e oficiado permanentemente alertando a empresa para o incumprimento dos seus deveres; Apoios solicitados: disse que não tinha conhecimento de qualquer documento proveniente do Gabinete de Apoio a Terra Fria relativo a relatórios dos Técnicos que eventualmente se tenham deslocado a Angueira. -----

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, disse que poderia ser equacionada a sugestão dada relativa à utilização de mensagens para telemóvel para informação dos munícipes, contudo, era necessário verificar a legalidade e viabilidade dessa proposta. ----- Num novo período de intervenção, usou da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que, a propósito do ensino, lamentou o encerramento das Escolas Básicas do primeiro ciclo, recordando que, no presente ano, apenas tinham ficado a

funcionar cinco escolas integradoras, sublinhando que tal facto se deve, exclusivamente, à diminuição do número de crianças e portanto de alunos. Questionou se a Câmara continuava a efectuar o transporte dos alunos do concelho que frequentam o ensino secundário em Miranda do Douro, e em que moldes esse transporte é feito. Colocou esta questão no sentido de saber ainda, se também são transportados alunos de Vilar Seco que frequentam o ensino básico (nas escolas de Miranda do Douro) . Finalmente, colocou o problema da qualidade da água da rede pública pois que, tem sido muito frequente ela chegar, às casas, com cor acastanhada e portanto muito barrenta. Disse que a situação era por demais conhecida, causando muitos incómodos, tendo mesmo referenciado o problema na preparação das refeições da cantina escolar, obrigando a escola a ter de recorrer a outras formas de abastecimento. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, respondeu às questões relativas à água, tendo referido que a situação é conhecida mas que, apesar de se tomarem todas as medidas possíveis e que os técnicos consideram adequadas, a verdade é que, ou por motivos de fugas / infiltração ou por problemas na rede (tubagem com alguma idade) ou devido às chuvas (turvação da água na ETA) ainda não se conseguiu dar uma solução adequada ao problema, deixando a garantia de que tudo continuará a ser feito para repor a normalidade. Não obstante sublinhou que em todas as análises efectuadas os resultados tem sido sempre bons ou seja conforme a legislação. ----- Respondeu à questão do transporte dos alunos o Sr. Vice-Presidente. Começou por dizer que o Sr. deputado José Carlos se referira aos alunos de Caçarelhos e Vilar Seco. Recordou que, já no ano lectivo anterior, a questão também foi algo polémica. A verdade é que os alunos que recorriam a uma carreira regular da Rodonorte, deixaram de o fazer, porque o horário foi alterado e portanto não compatível com o horário escolar. Foi então que, a Câmara Municipal decidiu colaborar com os alunos que frequentam o ensino secundário em Miranda do Douro, tendo acordado com a Câmara Municipal de Miranda do Douro o transporte dos mesmos. Porque no presente ano lectivo (no início) a Câmara se comprometeu com os alunos e suas famílias a continuar a assegurar o transporte que vinha sendo feito, não fazia sentido quebrar, agora, esse compromisso. Continuou dizendo que, a questão só se coloca porque, actualmente não há alunos do ensino básico em Vilar Seco a frequenta-

rem o Agrupamento de escolas de Vimioso. Informou que os pais destes alunos foram sensibilizados para este problema (sensibilização que contou com a ajuda preciosa do Sr. Presidente da Junta de Vilar Seco, Sr. Aníbal Delgado, a quem agradeceu todo o empenhamento) quer em Vilar Seco quer em reuniões tidas na Câmara Municipal, mas, até ao momento, não mostraram qualquer receptividade, garantindo que, com ou sem transporte os alunos (filhos) frequentarão a escola em Miranda do Douro. Sublinhou que quando foi elaborado o plano para os transportes escolares, relativamente ao circuito de Vilar Seco, o Agrupamento informou da existência de alunos para serem transportados. Acontece que pediram transferência e neste momento não há alunos de Vilar Seco a frequentar escola em Vimioso. ----- Ora, existindo compromisso com os alunos do concelho que frequentam o secundário em Miranda do Douro e ainda, porque a Câmara Municipal está autorizada a transportar, nos transportes escolares, outras pessoas, se se optasse por terminar com esse circuito, prejudicar-se-iam alunos que continuam a frequentar Miranda (ensino secundário) bem como as populações de Vilar Seco e Caçarelhos que não têm outro tipo de transporte. ----- Terminou dizendo que é uma opção dos pais levarem os alunos para Miranda até porque a autarquia de Vimioso, para além do transporte assegura aos alunos do ensino básico alimentação e subsídio para livros escolares, não se justificando a decisão dos pais. ----- Voltou a intervir o Sr. deputado José Carlos Gonçalves para dizer que concordava que a Câmara Municipal transportasse os alunos do nosso concelho que frequentam o ensino secundário em Miranda do Douro. Quanto aos alunos do ensino básico que também são transportados para Miranda do Douro colocou algumas reservas na medida em que seriam obrigados a frequentar a escola de Vimioso. Reconheceu que esses alunos se matricularam em Vimioso mas que, primeiro uns, depois outros, se transferiram para Miranda do Douro, alegando residência (Encarregado de Educação) naquele concelho. Apesar de, na prática, se saber que eles não vão residir para Miranda, a verdade é que o Agrupamento de Escolas de Vimioso pouco ou nada pode fazer para evitar tal situação. Disse ser um problema que não é novo, principalmente quando se trata de freguesias contíguas a outros concelhos (ex: Argoselo) . Sobre este problema interveio ainda o Sr. deputado Luís Diz para referir que não são só os alunos que saem,

uns para Miranda, outros para Bragança, essa situação acontece noutros sectores pelo que, deixou o alerta para a necessidade de pensarmos e defendermos ainda mais o concelho e os seus interesses, impedindo certas formas de pensar e de estar. -----

**PONTO QUATRO – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** ----- Não se registaram intervenções neste período. -----

**PONTO CINCO – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- Nada mais havendo a tratar pelo Sr. Presidente da Assembleia, pelas treze horas e trinta minutos foi dada a reunião por encerrada da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---